

A REVOLUÇÃO CHINESA PASSADA NO CALIDOSCÓPIO

Amaury Porto de Oliveira

A China que permanecerá como tela de fundo das preocupações do Grupo de Estudos ora instalado será, sem dúvida, a formação política quadrimilenar de irradiação civilizacional bem conhecida. Mas o Grupo se instala com propósitos voltados para o presente e o futuro próximo e terá, sobretudo, de ocupar-se do avatar atual da velha China: a República Popular da China (RPC), nascida a 1º de outubro de 1949, quando Mao Zedong lançou do alto de tribuna na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em Pequim, o brado famoso: “A China ergueu-se! Nunca mais será um país humilhado!” A RPC surgia como a culminação de um longo processo de lutas políticas e armadas e marcava uma dupla ruptura. No plano mundial, aprofundava-se a liquidação do chamado “Antigo Regime”, movimento iniciado pela Revolução Francesa de 1789 e que já passara pelo aprofundamento da Revolução Russa de 1917. No plano interno, a tomada do poder pelo exército camponês liderado por Mao Zedong era mais um passo na Grande Revolução Chinesa, conceito bem mais amplo do que o da tomada do poder pelos comunistas. Nesta conversa de hoje, eu tentarei visualizar as múltiplas facetas da dupla ruptura em causa, num exercício equiparável a olhar o acontecido através do calidoscópio.

Para captar a Revolução Chinesa em toda a sua dimensão civilizacional, é preciso tomar em conta movimentos e episódios das décadas anteriores à proclamação da RPC, tanto no plano

internacional quanto no interior da própria China. O Japão da Restauração Meiji foi, por exemplo, a fonte inspiradora de uma plêiade de literatos chineses, às vésperas de prestarem o exame nacional para o mandarinato. Em 1898, eles lograram convencer o Imperador Guangxu a publicar um edito reestruturando o sistema educacional chinês, inclusive no tocante aos exames clássicos, e criando uma série de institutos para o estudo das indústrias que estavam na base do poderio ocidental, sentido na carne pela China do século XIX. Medidas eram também introduzidas com vistas à ampliação e modernização das Forças Armadas chinesas, numa tentativa de responder ao assalto imperialista das potências ocidentais. O movimento ficou conhecido como a Reforma dos Cem Dias, que foi o tempo necessário para a Imperatriz-viúva, Cixi, pôr fim ao experimento. Com a derrota dessa tentativa de fazer a revolução através do Trono, segundo o modelo japonês, os descontentes chineses radicalizaram suas posições e muitos passaram a lutar pela república. Abriram suas mentes a idéias novas chegadas da Europa, em particular ao debate intelectual que lavrava na Rússia czarista e ao marxismo.

Todos sabemos que os princípios democráticos da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – vão chegando lentamente na RPC. Num ritmo, aliás, perfeitamente adequado às expectativas dos dirigentes. Chu En-lai deixou isto claro quando, em meados do século XX, fez o comentário famoso de que ainda não havia tempo bastante para avaliar todas as conseqüências da Revolução Francesa. Já com a Revolução Russa, sentiram-se os dirigentes chineses desde o início sintonizados. Através do Leninismo, não propriamente do Marxismo. Conforme lembra Jonathan D. Spence (**Em Busca da**

China Moderna. São Paulo, 1995), antes da revolução de 1917 na Rússia os chineses não tinham manifestado muito interesse pelo marxismo. Em consonância, de resto, com a pouca atenção que Marx dera à China. À medida, porém, que os chineses foram conhecendo a seriedade com que trabalhavam os bolcheviques, cresceu entre eles o desejo de conhecer as idéias por trás das conquistas russas. Surgiram estudiosos do marxismo, como Li Dazhao, bibliotecário-chefe da Universidade de Pequim, fundador de um grupo de estudos que em 1919 já atraía amplo círculo de interessados. O papel central que Marx atribuía ao proletariado urbano era, no entanto, um elemento perturbador nas reflexões dos chineses, que tinham de lidar com massas camponesas, e foi nas formulações leninistas de adequação do marxismo às necessidades de sociedades pouco ou nada industrializadas, que eles puderam afinal encontrar os lemas para sua própria ação.

As décadas dos 1910-20 foram centrais para as definições políticas dos chineses. O Japão Meiji seguia inspirando os reformadores, como Sun Yat-sen, e pencas de jovens que lá iam estudar. Mas a tendência colonialista evidenciada pelo governo de Tóquio logo passou a afastar os chineses. Quando se reuniu a Conferência de Versalhes para remodelar o mundo do pós-Primeira Guerra Mundial, o Japão pleiteou, com apoio de França e Inglaterra, que lhe fossem transferidos os interesses coloniais na China da derrotada Alemanha. Nasceu daí o Movimento Quatro de Maio, designação ao mesmo tempo limitada e ampla, conforme observa Spence. Ela pode referir-se às manifestações estudantis ocorridas em tal data, em várias cidades da China, ou abarcar, alternativamente, os complexos desdobramentos emocionais, culturais e políticos que se seguiram, em

decorrência da decisão adotada em Versalhes de atender à pretensão colonialista japonesa. Chen Duxiu, um dos freqüentadores do curso de marxismo de Li Dazhao, e que se destacara na manifestação do Quatro de Maio, em Pequim, veio a ser o primeiro Secretário Geral do Partido Comunista Chinês.

Girar o calidoscópico é uma boa maneira de visualizar as variadas e entremeadas composições políticas que cobrem os anos de 1920, na China. Sobretudo depois que entram em cena agentes enviados de Moscou pelo Comintern, com a missão de ajudar na eclosão da revolução socialista. A Terceira Internacional Comunista, conhecida como Comintern, foi criada por Lênin precisamente para ajudar países da periferia do capitalismo a fazerem suas revoluções. Mas prevalecia a visão de que tais países não estavam maduros para o socialismo, e havia necessidade de levar a cabo, antes de mais nada, uma revolução nacional-burguesa, conduzida por partido de massa, em frente única com o partido comunista local. No caso chinês, o partido de massa era o Kuomintang, de Sun Yat-sen, e o calidoscópico nos mostra enviados do Comintern presentes nos eventos fundadores desse partido e do PCC. O de maior ascendência foi o delegado junto aos nacionalistas, conhecido sob o nome de guerra de Borodin. Colaborou de perto com Sun Yat-sen na preparação do Primeiro Congresso do Partido Nacionalista (1924) e na formação da Frente Única com o PCC. Representantes das duas organizações participaram do Congresso.

No plano internacional, ainda é importante mencionar o braço do PCC que se constituiu na França, após a fundação do partido em Xangai (1921). Algumas dezenas de jovens chineses, de inclinação esquerdista, haviam ido estudar e/ou trabalhar na

França, financiados por instituições chinesas, e vieram a revestir seu impulso revolucionário chinês com preocupações econômicas e internacionalistas, hauridas no meio operário francês. Dois deles, Chu En-lai e Deng Xiaoping, tiveram relevante atuação na vida da RPC, como contraponto às fixações ideológicas de Mao Zedong.

Mudando agora para o plano doméstico, vai ser preciso chamar de início a atenção para uma profunda divergência entre a evolução econômica da China e a dos industrializados ocidentais, discernível nos choques e processos que compõem a marcha da Grande Revolução Chinesa, entre meados do século XIX e meados do século XX. O ponto é bem desenvolvido por Giovanni Arrighi, no instigante estudo **Adam Smith em Pequim**. Arrighi vê a China evoluindo historicamente como o melhor exemplo da formação econômica teorizada por Adam Smith, na qual o equilíbrio entre a oferta e o mercado reduz a importância da acumulação capitalista, ao contrário dos caminhos privilegiados pela Revolução Industrial inglesa, que levaram aos desdobramentos analisados por Marx e Schumpeter. Na Ásia têm prevalecido soluções mais humanas, que autores japoneses englobaram sob o conceito de Revolução Industrial. Aspectos dessa Revolução Industrial, em evidência na China, são a contínua presença na vida política de pressões vindas do campo e a reverência com que os chineses tratam a instrução e o estudo. Foi típica da Revolução Chinesa a importância adquirida pelas universidades, como centros de debate e agitação política, e canais de ascensão social para jovens talentosos que antes buscavam os exames da burocracia imperial.

Arrighi recolheu, inclusive, em escritos da Nova Esquerda chinesa, a tese de que na virada dos 1920 para os 1930, tomou

corpo na China um ramo distinto do marxismo-leninismo. A elaboração dessa divergência ideológica deveu muito a Mao Zedong, que estava na época envolvido com a formação de sovietes camponeses em áreas interioranas, e fez parte do ideário da fundação do Exército Vermelho. A divergência ganharia maior consistência no final dos anos 1930, quando o Japão passou a ocupar zonas litorâneas da China, e comportava duas inovações ideológicas maiores: mantinha-se o princípio leninista do partido de vanguarda, mas sem o ímpeto insurrecional russo, o qual cedia espaço à “linha de massas” de Mao. Por outro lado, o PCC passou a dar maior atenção ao campesinato, em prejuízo do operariado urbano.

Em setembro de 1965, o então Ministro da Defesa da RPC, Lin Biao, iria publicar um artigo de grande repercussão, atribuindo a essas teorias maoístas o papel decisivo na vitória dos comunistas chineses sobre os nacionalistas do Kuomintang, e na supressão final dos invasores japoneses. O artigo foi também o ponto de partida para teorizações que pretenderam aplicar ao globo visões de Mao, como a do cerco do mundo industrializado pela aliança dos países pobres. E curiosamente, o artigo deu margem a uma série de artigos e livros, explicando os êxitos de Mao em termos da teoria dos jogos, elucubração de origem americana que estava em moda. O jogo no caso era o **weiqi**, o equivalente chinês do xadrez indiano, mais conhecido no Ocidente sob o nome japonês de **go**. Joga-se em tabuleiro, mas não há hierarquia entre as peças e ganha quem conseguir sufocar territorialmente o adversário. Scott A. Boorman, um professor americano, publicou em 1969 estudo descrevendo as campanhas militares de Mao Zedong através de mapas concebidos como etapas de uma partida de **go**.

Investigar a amplitude e qualidade das raízes chinesas da ação revolucionária de Mao Zedong é exercício constante de historiadores, na China, e sinólogos no exterior. Henry Kissinger acaba de unir-se ao grupo, em livro publicado há quatro meses, com todo um capítulo de análise da figura e da obra de Mao. Para a exposição que estou fazendo, vem a propósito registrar uma diferença fundamental que Kissinger estabelece entre as Revoluções Russa e Chinesa. Lênin e Trotsky – anota Kissinger – viam seu movimento como o estopim da revolução mundial, e não tiveram problema em ceder ao controle alemão um terço do território europeu da Rússia, no Tratado de Brest-Litovsk. A iminente reorganização global – achavam os líderes russos - iria tornar irrelevante essa perda territorial. Ação desse tipo era inconcebível para Mao, que via a Revolução Chinesa como essencialmente sinocêntrica, tendo a grandeza do povo chinês como o princípio organizador. Qualquer impacto sobre a ordem mundial ocorreria através do esforço, do sacrifício e do exemplo do povo chinês. Contudo, Mao pensava e agia em termos dialéticos, jogando com contradições. E embora fosse um cultor da poesia clássica chinesa, profundamente embebido na história e na literatura do país, promoveu campanhas iconoclasticas contra riquezas culturais chinesas. No quadro da Grande Revolução Chinesa, a sinóloga Merle Goldman associa Mao a uma das duas principais correntes presentes ao longo da história da China: a utopia milenarista típica das rebeliões camponesas que sacudiram sucessivas dinastias do país.

A mais devastadora dessas rebeliões, na longa história da China, foi a Rebelião Taiping (da Grande Paz). Alguns a vêem como a maior guerra civil da história mundial. Dezenas de milhões de combatentes engajaram-se dos dois lados, e as

perdas contaram-se às dezenas de milhões. Merece atenção especial neste relato, já que pode ser tomada como o ponto de partida da Grande Revolução Chinesa que estou tentando retratar. Tudo começou com as frustrações e delírios de um jovem, Hong Xiuqan, que após passar os primeiros exames do mandarinato, viu-se reprovado por quatro vezes nos exames médios. Ele sublimou sua decepção, mergulhando no estudo, à sua maneira, de folhetos de propaganda cristã distribuídos por missionários protestantes. Hong concluiu que era Filho de Deus, o irmão mais novo de Jesus Cristo, e partiu para reunir adeptos. Durante alguns anos, seu grupo cresceu e fortaleceu-se em zonas rurais do Sul, resistindo às tropas enviadas contra eles pelo poder imperial. Em janeiro de 1851, Hong proclamou-se Rei Celestial de uma nova dinastia, e marchou para o Norte, pregando o fim da dinastia estrangeira dos mandchus e, também, a supressão do uso e do comércio do ópio, estimulados pelos colonialistas ingleses. Cerca de seiscentas cidades muradas foram ocupadas, algumas vezes com o massacre da população local, até a conquista, em 1853, da importante cidade de Nanquim, convertida em Capital Celestial. Merle Goldman descreveu o ideário cristão Taiping como um amálgama Oriente-Occidente, só comparável no seu impacto sobre a realidade chinesa ao achinesamento, um século mais tarde, do marxismo-leninismo. A mobilização militar contra os Taiping desenvolveu-se muito mesclada com as tentativas de Pequim de resistir às investidas dos colonialistas europeus, e só começou a dar resultado quando as autoridades mandchus confiaram a generais chineses a direção das operações. A derrota final dos Taiping sobreveio em 1864, dando início à fase conhecida como da Restauração Qing.

Nos dias de hoje, os dirigentes da RPC estudam com atenção a história dos Taiping, à busca de lições para evitar a propagação incontrolável, nas camadas menos cultas da população chinesa, de mensagens como as de Hong Xiuqan. Vem certamente daí a intolerância radical contra doutrinas na aparência inócuas, como o Falun Gong. Mas nos idos dos 1860, os governantes mandchus saudaram a derrota da Rebelião Taiping como a oportunidade de um revigoramento da dinastia. Tinha havido um golpe de Estado, que pôs no poder um novo Imperador sob o controle da Imperatriz-viúva, agora nomeada Imperatriz-regente. O Estado confuciano tradicional foi estimulado; exames clássicos convocados e a ordem restabelecida nas províncias centrais; os impostos foram pagos, as terras reabertas ao cultivo e homens talentosos recrutados para o serviço público. Mas na verdade, recorrendo mais uma vez a Merle Goldman, é mister observar que todos esses avanços foram superficiais. A restauração entregou o trono à ignorância e obscurantismo da Imperatriz Cixi. A modernização foi deixada em grande parte à iniciativa das autoridades provinciais, preponderantemente chinesas, fato em si mesmo auspicioso, mas que colocou o centro mandchu na defensiva. Na periferia desses desenvolvimentos estava a coerção das canhoneiras ocidentais, garantindo a ocupação anglo-francesa de Pequim, em 1860, e assegurando em última análise a estabilidade da dinastia em troca, por exemplo, da colocação do Serviço de Alfândega Marítima sob a autoridade de um funcionário inglês. Instalava-se a era dos tratados desiguais, motivação de lutas patrióticas futuras.

John King Fairbank, autor da melhor síntese da Grande Revolução Chinesa, destaca o período 1842-1943 como “o século

dos tratados desiguais”. Foi nesse período que se forjaram as idéias definidoras da China moderna. Tanto as liberais, chegadas do Ocidente com os ensaios de industrialização, quanto aquelas já evocadas, vindas na esteira das Revoluções Francesa e Russa. Especial atenção deve ser dada ao trabalho dos missionários cristãos. Milhares de jovens dos EUA e da Europa devotaram suas vidas a ir morar na China, num esforço idealista de salvar milhões de almas chinesas das chamas do inferno. As quatro décadas finais do século XIX foram o período de mais intensa atividade das missões que, sob a proteção dos tratados impostos pelo Ocidente, obtinham o direito de residência e a extraterritorialidade para instalar-se por todas as províncias chinesas. O número dos convertidos ao cristianismo nunca foi mais do que uma gota d’água no caldeirão chinês, mas os missionários funcionaram como grandes carreadores de ocidentalização. **A Boa Terra**, obra da romancista americana Pearl Buck, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1938, divulgou no mundo a visão americana da China na entrada do século XX. Visão, note-se, que esteve muito presente na ação de Franklin Roosevelt, ele mesmo neto de missionária, ao abrir espaço para a China de Chiang Kai-shek no mundo de pós-Segunda Guerra Mundial.

A explosiva conjunção de agressões colonialistas, pregação missionária e inoperância dos soberanos mandchus iria provocar, num quadro de desastres naturais sobrevindos nos últimos anos do século XIX, novo movimento de rebeldia popular. Desta vez na província de Shandong, onde se concentravam interesses colonialistas e missionários alemães. O comportamento particularmente arrogante dos alemães provocou revides, dando margem à formação de grupos praticantes de um tipo de arte

marcial baseada no pugilismo (daí a denominação inglesa de “boxers”, pela qual ficaram conhecidos). Uns quantos desses grupos invadiram, em 1900, a capital Pequim e a cidade vizinha de Tianjin, atacando e matando cristãos chineses e pondo sítio durante semanas a diplomatas, comerciantes e jornalistas estrangeiros. A repressão foi conduzida diretamente por colunas armadas pelas potências presentes na China (seis europeias, os EUA e o Japão), diante da prostração das autoridades imperiais. Pequim foi devastada e saqueada por essas colunas, e a China viu-se forçada a assinar (07.09.1901) um humilhante protocolo, que entre outras penalidades estabeleceu o pagamento de pesadas indenizações aos governos estrangeiros. Os analistas da história chinesa coincidem em ver na rebelião dos “boxers” um dos impulsos para a explosão nacionalista do século XX.

Entra em cena aí Sun Yat-sen, uma das figuras magnas da Grande Revolução Chinesa, o único talvez a fazer unanimidade na admiração das várias correntes ligadas ao movimento. Na RPC, sua memória é reverenciada, e em Taiwan ele é cultuado como o fundador da República da China. Os leninistas da União Soviética deram seu nome à escola fundada em Moscou para educar revolucionários do Terceiro Mundo. Sun Yat-sen nasceu numa família pobre da zona rural próxima a Cantão, e na adolescência foi estudar em escola missionária do Havaí, para onde havia emigrado um irmão mais velho. A diáspora chinesa nessa virada do século XIX para o século XX reunia entre sete e nove milhões de indivíduos e mostrava-se muito politizada, sensível à pregação do Movimento Reformista, surgido no continente para combater os mandchus sem colocar em causa a monarquia, e da nascente corrente republicana, em que logo se destacou Sun Yat-sen. Sua carreira política iria ser, sobretudo, a

de um difusor de idéias e de mobilizador de descontentes, ao longo de uma sucessão de viagens e de permanências entre os chineses de além-mar: no Havai, em Hong Kong, no Japão, EUA e Canadá. Quando em 1911 foi posta abaixo a monarquia, graças em boa parte ao seu trabalho, Sun estava nos EUA e, em vez de rumar para a China e assumir o poder, preferiu visitar países europeus para buscar apoio ao novo governo. Ele só retornou à China em dezembro de 1911, assumindo a direção do regime revolucionário como Presidente Provisório. Mas logo teve de contemporizar com um militar, Yuan Chikai, que assumira o comando armado do movimento. Em fevereiro de 1912, o Imperador menino Puyi, forçado a abdicar, designou Yuan Chikai para formar o governo republicano. Yuan morreu em 1916, dando a Sun o ensejo de reorganizar o partido do Kuomintang e reiniciar sua pregação nacionalista, em meio ao caos político prevalecente no que ficou conhecido como a era dos senhores de guerra. Sun fundou em Cantão uma nova República da China, na esperança de reunir o país em torno dos seus “Três Princípios do Povo”. A saber: Nacionalismo, Democracia e Bem-Estar Social. Ele morreu inesperadamente, porém, e foi Chiang Kai-shek, seu colaborador militar, que deu afinal abrangência nacional ao regime do Kuomintang. Sob o olhar complacente dos EUA e da URSS.

Está na hora de girar o calidoscópio, tentando visualizar como se apresenta, na RPC, a concorrência entre aquelas duas linhas vermelhas da história da China a que se referiu Merle Goldman. A linha utópica em que o processo avança pela ação voluntarista das massas, à qual ela filiou Mao Zedong. E a linha realista, que procura manter a China inserida no mundo do desenvolvimento tecnológico. Na RPC, esta segunda linha tem

sua raiz na experiência internacionalista de Chu En-lai e Deng Xiaoping, nos seus anos de mergulho nas lutas sindicais francesas. Diferenças de comportamento mantiveram Chu En-lai em relevo durante todo o período maoísta, enquanto Deng foi por duas vezes ostracizado. Mas eles cooperaram continuamente na defesa do caminho da construção econômica, em contraste com as soluções ideológicas de Mao. Foi Chu quem redigiu o ante-projeto das Quatro Modernizações, postas em prática por Deng quando pôde assumir a liderança suprema do regime, após a morte de Mao. Em discurso pronunciado na 3ª Sessão Plenária do XI Congresso do PCC (dezembro de 1978), Deng definiu o objetivo das Quatro Modernizações: “uma imensa e profunda revolução; nossa nova Longa Marcha, para mudar a condição de atraso do nosso país e transformá-lo num moderno e poderoso Estado socialista”. Nos quinze anos que ainda teve de vida, Deng precisou fazer algumas modificações táticas no seu projeto para a China, mas não se afastou jamais do objetivo estratégico. E como fez isso com grande liberdade de espírito, confundiu muita gente, passando a idéia de que havia abandonado o Socialismo. É que ele foi sempre o supremo pragmático e nunca se deixou embaraçar por formalismos.

Em 1977, ao sair de um dos seus ostracismos, Deng reassumiu em Pequim as antigas posições partidárias nas áreas militar e das relações exteriores, recebendo também, a pedido seu, a responsabilidade sobre assuntos de educação, ciência e tecnologia. Eram áreas que o preocupavam de longa data, e que iriam ser profundamente renovadas sob sua impulsão. Sob Mao, as atividades de C&T eram conduzidas numa perspectiva de defesa nacional, através de grandes projetos como o da bomba atômica, entregues a poderosas coligações partidário-militares,

com os cientistas em posição subordinada. Deng enfrentou com destemor essa situação, e em poucos anos cientistas reconhecidos, nem sempre membros do PCC, haviam assumido os postos de direção nos principais setores. A ênfase no profissionalismo e a abertura para o mundo iriam ser suas grandes preocupações. Num discurso de 1979 ele frisou: “Temos de aprender a gerir a economia com métodos econômicos. Se não conhecermos a metodologia avançada para esse gerenciamento, precisamos aprendê-la com quem a conhece. Buscá-la, se necessário, no exterior.”

Não disporei de tempo para contar como Deng e seus seguidores vieram trazendo a China herdada de Mao ao ponto em que se encontra hoje: a dois passos daquele objetivo de um moderno e poderoso Estado socialista. Mas ainda cabe lembrar um artigo de Deng, que em 1978 foi reproduzido em todos os grandes jornais do país, deslançando um debate nacional de três anos. Na China ele é conhecido como o “Discurso sobre a Prática”, e em 1998 o PCC comemorou seus vinte anos, numa sessão solene presidida por Hu Jintao, que na época era Vice-Presidente da República. Nesse texto, Deng Xiaoping martelou a idéia de que a prática é o único critério da verdade. Não existem verdades reveladas. Nem na Bíblia ou no Corão. Tampouco nos escritos de Marx, Engels, Lênin ou Mao Zedong. A verdade tem de ser buscada a cada momento pelo cidadão, com apoio nos fatos. Somente assim poderão os chineses, aos milhões, romper os velhos grilhões intelectuais de épocas passadas.

Vou parar por aqui. Não quero me antecipar à tarefa que vocês, os acadêmicos que se reuniram para formar este instituto, impuseram-se a si mesmos. Talvez sem se dar conta, realmente, do tamanho do trabalho que os espera. Os mosaicos que meu

calidoscópio foi reunindo mostram a amplitude e a complexidade do que vai ser preciso fazer. Para compreender a China e para ver como o Brasil se encaixará em tudo isso.

A esse último respeito é estimulante registrar que em novembro de 2010 foi inaugurado, em Pequim, o Centro Brasil-China de Tecnologias Inovadoras, Mudança Climáticas e Energia, numa parceria entre a COPPE/UFRJ e a Universidade Qinghua. Os projetos já ali postos em marcha aspiram, em última análise, a fazer o Brasil beneficiar-se das conquistas mais recentes da China em matéria de inovação tecnológica. Terreno fascinante, que pediria toda uma outra palestra. Eu apenas aguçarei a curiosidade dos ouvintes, dizendo que ele deriva da chamada fragmentação do sistema produtivo, e está-se expressando na China através de inovações de processos e produtos, num nível dito de segunda geração, distinto da inovação de primeira geração, na qual ainda primam as companhias transnacionais. Eu os concito a darem muita atenção a essa problemática da inovação facilitada pela fragmentação do sistema produtivo. É por aí que mais bem se compreende a ascensão tecnológica da China no quadro da globalização econômica. No início deste ano, aliás, saiu um excelente livro que ajuda na compreensão do fenômeno chinês e traz boas lições para o Brasil: Dan Breznitz & Michael Murphree. **Run of the Red Queen** (New Haven: Yale University Press). É correndo desabaladamente como a Rainha Vermelha de Lewis Carrol, explica o livro, que a China vai conseguindo manter-se no mesmo lugar, vale dizer, ocupando nichos na fronteira tecnológica em contínua expansão.

Mãos à obra, pois. E Bom Trabalho!

Campinas, agosto de 2011.

